



① Nesta questão apresentarei as ideias centrais das perspectivas weberiana e a marxista gramsciana sobre as dimensões do poder, da política e do Estado, considerando que ambas contribuem para o entendimento das dinâmicas contemporâneas e do papel exercido pelo Estado, principalmente em um contexto marcado por importante e profunda crise de exercício da política e pela contestação de seus limites.

A partir de uma definição abrangente podemos afirmar que o Estado moderno é uma organização política com administração centralizada, caracterizada por sua soberania (exercício da autoridade dentro dos limites de seu domínio e independência dos demais Estados) e pelo monopólio do uso legítimo da força. Como coloca Christopher Marris, tais características atribuem imenso poder aos Estados modernos, um poder que ao longo da história mostrou-se ~~per~~ perverso, evidenciando a necessidade de seu controle.

É em Max Weber que encontramos a definição do Estado moderno como uma comunidade que reivindica o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território. Segundo Weber o direito de usar a força já é concedido a indivíduos e instituições na medida em que o Estado permite, já que ele é a

única fonte do direito ao uso da violência. Possui, portanto, o monopólio da força e o direito exclusivo de determinar quem pode legitimamente usá-la.

Outro ponto da teoria weberiana é importante para a análise que se seguirá: a evolução da organização das instituições no capitalismo a partir da racionalidade burocrática. A organização administrativa do Estado com sua segmentação por setores, funções e ritos próprios é por excelência burocrática. É importante frisar que para Weber a organização burocrática faz parte de um movimento mais amplo de desencantamento do mundo e que era uma característica da sociedade capitalista que não se restringia apenas aos limites das aparências institucionais estatais e seu funcionamento.

Esses são dois aspectos que constituem questões nodais para os Estados contemporâneos pois relacionam-se diretamente às formas de exercício do poder e de administração e controle da política. O poder dos Estados passa, a partir da Segunda Guerra Mundial, a ser controlado tanto por mecanismos democráticos internos, como por organizações internacionais enquanto os repressores externos fazem a administração sob a forma de organização burocrática,



passa-se a obter um caráter e sentido nega-
tivo, ensejando visões e discursos que pas-
sam a apontar o Estado como uma estrutura
ineficiente, ~~inef~~ ineficaz que preci-
sa adequar-se aos moldes administrativos
do mercado, ou ser desmontado. Burocra-
cia tem seus sentidos revertidos e passa
a ser usada como justificativa de um dis-
curso que visa, para além do desmonte das
instituições estatais, o fim da existência
das direitas humanas e sociais.

Encontramos no anarquismo e no pensa-
mento gramsciano uma definição e
perspectiva diversa de Estado, poder e po-
lítica. Gramsci constrói sua argumentação
sobre o exercício da política e do papel
do Estado contestando a tradição marxista
e a análise marxiana sobre a luta de
classes e o Estado. Marx e Engels entendem
a história e a política a partir da luta
de classes e do exercício do poder, domi-
nação e exploração de uma classe sobre
a outra. O Estado na análise marxia-
na é ocupado e controlado pela classe
dominante, transformando-se em instu-
mento para o exercício de seu poder e
dominação. Representaria assim um poder
illegítimo que deveria ser tomado e suplan-
tado pela classe trabalhadora, pois tam-
bém era entendida como expressão da
ideologia burguesa que naturalizava as



relações de dominação e exploração, o que também pressupunha a separação entre Estado e sociedade civil.

Gramsci pensa a política como um conflito que se estabelece na disputa por hegemonia, entre diferentes grupos. Sem se afastar da concepção de luta de classes, para Gramsci o que está em disputa para o estabelecimento de uma nova hegemonia são projetos políticos e ideológicos que precisam dar resposta às questões ideológicas de diferentes grupos da sociedade, e principalmente de grupos aliados para a construção de um bloco histórico. Trata-se de um processo demoiacrático de construção do poder que visa incorporar diferentes ideias em disputa, e também aproximar a sociedade civil do Estado.

Portanto, o Estado não é entendido como o locus do exercício do poder e da dominação de uma classe sobre a outra, mas como um espaço que também deveria ser ocupado pela classe trabalhadora, em uma perspectiva demoiacrática do exercício do poder. Por esse viés, a noção de ideologia também perde seu sentido de falsificação da realidade.

A perspectiva gramsciana propicia uma prática política caracterizada pela aproximação e ocupação de espaços, por parte de grupos e setores da sociedade civil, no

Estado brasileiro a partir dos anos 1980 que resultou no estabelecimento de novas preceitas constitucionais e de uma nova gramática de direitos e relações sociais pautada pelo exercício da cidadania.

② Atualmente o Brasil vive uma crise democrática, que também questiona os sentidos e o exercício da política, de forma mais abrangente. Atribuir à política sentido negativo não é novidade na história brasileira, a novidade talvez esteja no potencial destrutivo deste movimento antipolítico que visa o esvaziamento da prática política democrática e o desmonte do Estado construído a partir dos anos 1980 na transição para a Democracia.

Desde o impeachment da Presidente Dilma, a política e as instituições democráticas brasileiras foram colocadas em xeque por grupos - identificados pelo ideário neoliberal - cujos discursos reivindicam o viés autoritário da sociedade, que atraiu a manipulação da mídia de carapeda e do medo da população perante a uma situação de desordem e insegurança; visam o ataque ao ideário democrático participativo (de viés igualitário) que tenta se estabelecer como hegemônico no Brasil principalmente

a partir dos anos 2000, com os governos de Lula e Dilma.

O processo de impeachment do Presidente Dilma envolveu-se nos definições de neopopulismo por ter feito uso de ritos institucionais, aparentemente legítimos, para destituir o poder, por isso a ausência de uso da força não deve ser tomada como um sinal de legitimidade do processo, e portanto de que não houve um golpe para a tomada do poder.

O atual jogo de disputa pela hegemonia mobiliza no imaginário da população a corrupção, como mecanismo de desmonte da política, a ineficiência e o gigantismo do Estado a favor do estabelecimento de um Estado mínimo, e o ataque às ideologias de esquerda - como a "noção de ideologia de gênero" - como forma de exercício de controle institucional sobre o pensamento crítico e produção de conhecimento.

O intuito é reduzir o Estado às instituições de controle e segurança, garantindo o monopólio do uso da força como forma de expressão do poder e controle da ordem, e afastar a população do exercício da política buscando transformá-la em técnicas administrativas sem qualquer sentido crítico ou conflituoso. O que em suma



significa a erosão do projeto da democracia participativa dos direitos da cidadania expressa na Constituição de 1988.

A teoria gramsciana é útil para o entendimento da disputa entre diferentes projetos políticos (democrático-participativo e neoliberal) que se estabelecem na cena política brasileira desde os anos 1980 e também dos sentidos da democracia brasileira e dos direitos que demandam a existência de instituições capazes de promover as políticas públicas que se encontram sob ataque em prol de um estado "mínimo e eficiente".

Deber nos lembra de uma das funções primordiais do Estado, ligadas ao exercício do poder e ao uso da força, essenciais para o projeto em curso e que assume um caráter autoritário.

O processo de impeachment se deu a partir de um controle instrumental e antidemocrático das instituições, sobre manipulação ideológica, com importante atuação dos meios de comunicação de massa, e a ~~erosão~~ erosão da vontade popular. Por outro lado, vivenciamos o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas de forma legítima e que levará ao aprofundamento da crise política e de representação democrática.

③ Plano de Aula - Primeira Aula

Tema - Sentidos da Política,

- Conflito, construção do coletivo
- Comunidade: integridade dos valores, vontades e interesses
- Disputa de ideial e construção de hegemonias
- Exercício de cidadania

Metodologia

1 • Dinâmica: em a turma, antes de realizar a exposição do conteúdo com o intuito de conhecer, e compartilhar, quais são as imagens que os alunos associam às categorias poder, política e Estado.

2 • Exposição de noções consensuais e abrangentes de política - tais como definidas no tema da aula - política enquanto exercício ou construção do coletivo.

• Exposição de abordagens teóricas clássicas que complemenem e especifiquem esses sentidos da noção de política. Ex. Maquiavel, Aristóteles, Marx.

3 • Exercício para reflexão sobre o conteúdo individual.

A proposta é iniciar pela discussão do concei



to de política, porque, além de passar as noções de Poder e Estado, é fundamental para que os alunos possam entender o papel exercido pelo Estado, as estruturas e alcances de seu poder e as relações que se estabelecem entre Estado e Sociedade.

A temática Poder, Política e Estado é essencial para os alunos do 1º ano do Ensino Médio para ajudá-los a compreender o atual cenário político brasileiro e a crise democrática e política que estamos vivenciando. Para além do entendimento do contexto, é importante ressaltar que o tema é de extrema relevância para a formação e exercício da cidadania.